

## A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO INDUSTRIAL:

### Contrapontos à Interpretação Liberal

*Eixo Temático: GT “7” – Economia Política, História do Pensamento Econômico, Economia Comportamental*

Fernanda Calasans Costa Lacerda Pessoti<sup>1</sup>

#### Resumo

Este artigo discute as possíveis razões para o surgimento do capitalismo industrial e seu fortalecimento no século XIX. O objetivo é analisar a interpretação liberal ortodoxa de que a principal razão para a emergência do processo de industrialização foi a abertura comercial de importantes economias a partir do final do século XVIII e que se estendeu ao longo do século XIX. A importância da economia britânica à época e suas particularidades são destacadas, a fim de expor as razões para que a Grã-Bretanha, e mais precisamente a Inglaterra, tenha sido a pioneira nesse processo, denominado posteriormente de Revolução Industrial. O contraponto aos argumentos liberais enfatiza que a conjunção de um grupo de fatores se apresenta como a principal explicação para a ocorrência deste período de reorganização da economia capitalista. A visão de que o processo de industrialização é uma etapa rumo ao desenvolvimento também é discutida, acompanhada das considerações sobre o debate entre liberalismo versus protecionismo.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Europa. Industrialização.

#### 1. Introdução

O século XVIII foi um período de importantes transformações econômicas e sociais na Europa. Ele marca o início do processo de desenvolvimento baseado na produção fabril, que culminou na chamada Revolução Industrial. Esse processo não ocorreu de forma homogênea em todos os países europeus, sendo a liderança que a Inglaterra desempenhou historicamente reconhecida (HOBSBAWM, 2014; BAIROCH; 1995; ARRIGHI, 2013; GERSCHENKRON, 1965).

Tais transformações não aconteceram seguindo qualquer padrão de surgimento. Em algumas regiões, elas ocorreram de forma abrupta e inesperada, enquanto em outras elas aconteceram de modo mais sutil e lento. Ainda assim, os seus efeitos modificaram totalmente o modo de vida e de produção da população europeia, em um primeiro momento, e da população mundial, como consequência.

---

<sup>1</sup> Doutora em Economia (PPGE-UFBA). Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DCSA-UESB), área de Economia. E-mail: fernanda.pessoti@uesb.edu.br.

Este artigo tem como objetivo apresentar as características principais do crescimento industrial no decorrer do século XIX, contrapondo os argumentos da corrente de pensamento econômico liberal que credita tal crescimento à ampliação do livre-comércio e que entende o processo de industrialização como uma etapa do processo de desenvolvimento econômico.

O trabalho está dividido em três seções, além desta introdução. A seção seguinte discute os antecedentes do processo de industrialização ocorrido na Europa no século XIX, destacando-se a economia britânica do século XVIII. A seção 3 analisa a interpretação liberal para o desenvolvimento industrial no período oitocentista com base nas características da industrialização e nas estratégias utilizadas pela Grã-Bretanha, Estados Unidos e Alemanha para promover o desenvolvimento industrial de suas economias. As considerações finais são apresentadas na quarta seção.

## **2. Os Antecedentes da Revolução Industrial e o Fortalecimento da Economia Britânica**

A busca por novos mercados fornecedores de matérias-primas e de metais preciosos caracterizou as relações comerciais entre os séculos XV e XVII e fortaleceu a formação dos Estados Nacionais. Não que esta busca não tivesse ocorrido antes, mas a descoberta do “Novo Mundo” pelos europeus e da nova rota de acesso à Ásia e ao Oriente ampliou as relações comerciais da Europa com o resto do mundo e permitiu uma acumulação de riqueza em níveis até então desconhecidos.

Este “Novo Mundo”, com sociedades estruturadas e com conhecimento desenvolvido em diversas áreas, incluindo o uso de técnicas de extração e fundição de metais preciosos, foi subjulgado e explorado com o intuito de aumentar e viabilizar a acumulação de metais: “[...] Na época específica em que se fizeram essas descobertas, a *superioridade da força* era tão grande, favorecendo os europeus, que lhes facultou praticar com impunidade toda sorte de injustiças nesses países remotos” (SMITH, 1961, p.141 apud ARRIGHI, 2013, p. 19). O poder de um Estado – ou Império – passava a ser medido pela quantidade de riqueza que possuía sobre o seu poder na forma de metais preciosos, incluindo a posse de minas.

A intensificação do comércio marítimo, no decorrer desse período, contribuiu para o crescimento das cidades portuárias e do comércio em geral. As rotas comerciais dentro do continente europeu foram se alterando e cidades que antes eram importantes centros comerciais, tais como Gênova, Veneza e Amsterdam, perderam importância para outros centros. De modo geral, os monarcas ampliavam cada vez mais a intervenção nas relações comerciais,

interessados em expandir o seu domínio político e econômico. No final do século XVIII, as críticas a esta interferência se acirraram e a defesa à livre iniciativa ganha espaço, em especial depois da publicação da obra “Origem e Causa da Riqueza das Nações”, de autoria de Adam Smith. Segundo Arrighi (2013, p.21), “Smith achava que a ampliação e o aprofundamento das trocas na economia mundial de mercado agiriam como um igualador irrefreável das relações de força entre o Ocidente e o não Ocidente”.

O liberalismo econômico foi influenciado pelas ideias iluministas do século XVIII. Com o desenvolvimento das relações econômicas, as controvérsias sobre os temas econômicos se ampliaram. De acordo com Coutinho (1990, p. 26), a ideologia liberal “[...] representa a face econômica do iluminismo, ao considerar a existência de leis econômicas naturais, cuja existência o governo deveria esforçar-se por preservar”.

As ideias liberais se propagaram na Grã-Bretanha, vista à época como território em que a livre iniciativa privada era permitida e onde a incipiente classe industrial exercia alguma influência, comparada aos demais países europeus até então considerados desenvolvidos. Esta influência não se constituía, na prática, em defender o livre-comércio de manufaturas. Ao contrário, objetivava proteger o mercado interno da concorrência externa e ampliar o acesso dos produtos britânicos aos mercados externos (HOBSBAWN, 2014).

A ampliação do comércio ultramarino permitiu que a Grã-Bretanha se destacasse entre as nações que se fortaleceram economicamente no decorrer do século XVIII. Entre o século XVII e início do século XX, “[...] a Inglaterra redesenhou o mapa do mundo e se transformou, simultaneamente, no mais poderoso Estado territorialista e capitalista que já se vira” (ARRIGHI, 2013, p. 187). Segundo Hobsbawn (2014, p. 13),

Por volta de meados do séc. XVIII, o país possuía talvez 6.000 navios mercantes, perfazendo talvez meio milhão de toneladas, várias vezes mais que a frota mercantil francesa, sua maior rival. Essa frota formava possivelmente um décimo de todos os investimentos em capital fixo (além dos bens imobiliários) em 1700, enquanto seus 100.000 marujos representavam quase o maior grupo de trabalhadores não-agrícolas.

Mas não apenas isso. Existia um conjunto de fatores e características que contribuiu para que a Grã-Bretanha se tornasse o centro de importantes transformações produtivas, econômicas e sociais do século XIX. Ainda no século anterior, a Inglaterra “[...] já se constituía uma economia monetária e de mercado à escala nacional” (HOBSBAWN, 2014, p. 16). Soma-se a isso uma estrutura de organização social no campo caracterizada pela posse concentrada da terra por parte de um pequeno grupo de latifundiários e pelo desenvolvimento de atividades artesanais e de pequenas manufaturas, o que contribuiu para a transformação do artesanato/camponês em

trabalhador assalariado. De acordo com Hobsbawn (2014, p. 18), “a natureza desse sistema de ‘indústria doméstica’ rural fez com ele se espalhasse por todo o interior do país, estreitando as malhas da rede de transações monetárias que se estendeu por ela”.

O despontamento da economia britânica não se restringiu ao aspecto comercial. No decorrer do século XVIII, a capital inglesa passou a ser o centro financeiro do mundo, desbancando a Holanda (ARRIGHI, 2013). O ingresso de capital excedente estrangeiro na City londrina à procura de investimentos se ampliou significativamente.

Assim, havia um contexto interno favorável para que economia britânica fosse pioneira em aprofundar o processo de produção industrial, que, diante das modificações sociais e econômicas que ocorreram paralelamente ou como consequência deste, foi caracterizado como Revolução Industrial. No entanto, não seriam somente as razões anteriormente citadas as responsáveis por ter esta Revolução se iniciado na Grã-Bretanha, mais precisamente, na Inglaterra do século XVIII. Para Hobsbawn (2014), foram as condições favoráveis do mercado interno e no mercado externo, somadas às decisões e ações do governo, que permitiram tal fato.

Podemos, pois, resumir o papel dos três principais setores da demanda na gênese do industrialismo. As exportações, apoiadas pelo auxílio sistemático e agressivo do governo, proporcionaram a centelha e constituíram – juntamente com a produção têxtil de algodão – o “setor básico” da industrialização. Além disso, conduziram a importantes melhorias no transporte marítimo. O mercado interno proporcionou a base geral para uma economia industrializada em grande escala e (através do processo de urbanização) incentivou grandes melhorias no transporte terrestre, uma importante base para o carvão e para importantes inovações tecnológicas. O governo dava apoio sistemático a comerciantes e manufatureiros, além de incentivos de modo algum desprezíveis para inovação técnica e para o desenvolvimento de indústrias de bens de capital (HOBSEBAWN, 2014, p. 41).

Deste modo, não foram apenas as condições *naturais* de mercado que permitiram que a economia britânica liderasse o processo de desenvolvimento industrial. A estratégia adotada pelo governo e a posição de destaque que esta economia possuía no século XVIII foram decisivas para que tal processo se intensificasse. Mais ainda, a associação do Estado ao capital, característica do processo de expansão comercial da Europa como um todo, se constituiu em um aspecto decisivo para a “formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeira global” (ARRIGHI, 2013, p. 11). Nas palavras de Arrighi (2013, p. 11):

[...] a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável ao capitalismo do que na Europa.

Como desdobramento, o debate a respeito da promoção do crescimento econômico incluiu tanto novos elementos, tais como os pré-requisitos para a industrialização, quanto fez ressurgir antigos contrapontos, como a discussão entre livre-comércio e protecionismo.

### **3. O Capitalismo Industrial do Século XIX: contraponto à interpretação liberal**

O pensamento econômico ortodoxo comumente credita o sucesso da industrialização na Europa ao livre-comércio, enfatizando que a modificação na política comercial dos principais países foi uma das principais responsáveis pelo crescimento econômico europeu durante o período oitocentista. Neste período, o comércio exterior era visto como a principal fonte de crescimento econômico, haja vista que não era claramente perceptível que existiria alguma limitação para as vendas externas. Os mercados internos eram ampliados pelos mercados externos e os limites dessa ampliação estavam muito distantes da capacidade produtiva desses países à época. As economias deveriam se especializar na produção de produtos em que apresentassem vantagens absolutas ou comparativas e abrir seus mercados para a entrada dos demais produtos. O resultado seria a ampliação do comércio e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

Já nas primeiras décadas do século XIX, o crescimento apresentado pela indústria de bens de capital britânica era bastante expressivo, com uma capacidade de produção superior à necessária para atender o mercado interno. Para reverter a queda dos lucros, a alternativa adotada foi a expansão do comércio associada à “contínua liberalização unilateral do comércio britânico” (ARRIGHI, 2013, p. 165).

A expansão do comércio mundial ocorrida em meados do período oitocentista permitiu o acirramento da competição e, conseqüentemente, da disputa por novos mercados. Tal disputa não estava mais restrita à competição entre países, mas também entre empresas comerciais. Deste modo,

[...] a intensificação das pressões competitivas acarretada pela fase de expansão material associou-se, desde o início, a uma grande guinada do comércio e da produção para as finanças, por parte da classe capitalista britânica. [...] Essa combinação de circunstâncias sugere a existência de uma estreita ligação entre a intensificação das pressões competitivas nos negócios britânicos e a expansão financeira do fim do século XIX. (ARRIGHI, 2013, p. 169).

Do ponto de vista da mão de obra, a Revolução Industrial modificou as relações de trabalho até então existentes, fazendo surgir a figura do proletário, estabelecendo uma rotina de trabalho

inovadora para a época e, por isso, mudando o comportamento dos trabalhadores e adaptando-o ao funcionamento do sistema capitalista (HOBSBAWN, 2014).

Ao analisar a política comercial dos países europeus no decorrer do século XIX, Bairoch (1995) afirma que o pensamento econômico liberal não foi capaz de eliminar o protecionismo:

*[...] on practical grounds this supremacy of liberal economic thought in Europe did not eliminate the mercantilistic type of protectionism, still less prevent the development of a new one. This new-style protectionism was related to an increase in nationalism in the early nineteenth century, and still more important, was result of awareness of the process of economic development from the Industrial Revolution and of the advance of British industry (BAIROCH, 1995, p. 17).*

O principal obstáculo apontado por Bairoch (1995) ao livre-comércio era a proteção ao setor agrícola. Tal proteção não era bem vista pelo setor manufatureiro, pois impedia a queda dos salários reais, aumentando o custo da produção industrial interna. A perda de participação relativa da agricultura e o avanço da atividade industrial na economia britânica contribuíram para que a proteção ao setor agrícola se reduzisse. A revogação das *Corn Laws* em 1846 pelo governo britânico marcou, segundo Bairoch (1995), o início de um período de política comercial de fato mais liberal na Grã-Bretanha.

O liberalismo inglês influenciou alterações no regime de tarifas de alguns países europeus, sob a justificativa de que o avanço econômico britânico era fruto da maior abertura comercial. Ainda assim, poucos países tinham adotado uma política liberal até 1860, quando se verifica uma redução nas tarifas comerciais entre os países europeus. No entanto, a política de redução tarifária não agradou os produtores agrícolas e antes mesmo do início do século XX muitos países já tinham realizado reformas tarifárias para ampliação das restrições de importação (BAIROCH, 1995).

De acordo com Bairoch (1995), a fase de maior acirramento do liberalismo econômico na Europa (1866-1877) incluiu a chamada Grande Depressão europeia (1870-1873). Diante disso, Bairoch (1995) indaga se não teria o livre comércio levado à depressão. Utilizando dados das exportações europeias e britânicas, o autor conclui que o período em que as tarifas se reduziram se caracterizou pelo baixo crescimento econômico e coincidiu com o período da Grande Depressão europeia. O retorno ao protecionismo coincidiu com a retomada do crescimento econômico, o que contradiz a afirmação de que o protecionismo tem um impacto negativo no desenvolvimento econômico. Tal afirmação, segundo Bairoch (1995), seria um dogma.

Por outro lado, o liberalismo britânico não foi capaz de influenciar diretamente a estratégia de crescimento econômico adotada pelos Estados Unidos durante o período oitocentista. Esta

estratégia estava pautada no argumento de que a industrialização requer proteção comercial. Assim, o protecionismo estaria a serviço da indústria nascente (BAIROCH, 1995; FAULKNER; 1954). Deste modo, a histórica econômica dos EUA no século XIX é caracterizada pelo protecionismo, ainda que em alguns momentos com medidas protecionistas menos intensas.

É possível notar semelhança entre a estratégia adotada pelos EUA e aquela utilizada pela Grã-Bretanha um século antes: ambas procuraram fortalecer a indústria nascente com tarifas de proteção comercial. Ou seja, lançaram mão de instrumentos não liberais para promover o processo de industrialização de suas economias. Obviamente, o contexto em que esses processos ocorrem não é o mesmo. A economia britânica possuía como grande diferencial o fato de ser a pioneira em ingressar no processo de Revolução Industrial, enquanto que os EUA tinham que enfrentar a concorrência dos produtos dos países europeus, uma vez que o desenvolvimento industrial americano se intensificou somente nas últimas décadas do período oitocentista, mais de um século após o início da Revolução Industrial europeia.

Vale ressaltar que o fato de adotar políticas protecionistas não garantiu o desenvolvimento industrial desses países. De acordo com Gerschenkron (1965), os elementos comuns encontrados nesses processos não estavam livres da influência do ambiente socioeconômico de cada um desses países. Para este autor, o processo de industrialização europeu só foi possível quando a luta entre as condições pré-industrialização e os benefícios esperados do processo de industrialização foi vencida por estes últimos:

*In viewing the economic history of Europe in the nineteenth century, the impression is very strong that only when industrial development could commence on a large scale did the tension between the preindustrialization conditions and the benefits expected from industrialization become sufficiently strong to overcome the existing obstacles and to liberate the forces that made for industrial progress (GERSCHENKRON, 1965, p. 11).*

Em outras palavras, havia um ambiente propício para o desenvolvimento industrial da Grã-Bretanha e, posteriormente, dos demais países europeus que conseguiram adentrar no capitalismo industrial. A ideia de que a industrialização requer um conjunto de pré-requisitos é bastante difundida. Entretanto, não se deve entender que este é um processo etapista, mas sim, que este conjunto se refere às mudanças históricas de longo prazo. É necessário considerar que instrumentos institucionais interferem nos resultados do desenvolvimento industrial e esses instrumentos são distintos entre países (GERSCHENKRON, 1965). No caso do processo de industrialização europeu, Gerschenkron (1965, p. 44) afirma que “[...] *the industrial history of*

*Europe appears not as a series of mere repetitions of the ‘first’ industrialization but as an orderly system of graduated deviations from that industrialization”.*

No caso da Alemanha, por exemplo, Gerschenkron (1965) destaca que a industrialização germana não pode ser completamente explicada sem se considerar o papel dos bancos, cuja atuação diferiu daquela desempenhada pelos bancos ingleses. Os bancos alemães se constituíram em bancos múltiplos – ou universais, nas palavras de Gerschenkron (1965, p. 13) – que atuavam na oferta de capital de longo e de curto prazo, enquanto os bancos ingleses forneciam essencialmente capital de curto prazo.

A associação do setor comercial ao setor financeiro cresceu significativamente ao longo do século XIX, de uma forma até então não existente. A ascensão de Londres como o centro financeiro do mundo permitiu que os lucros auferidos na fase inicial do processo de industrialização britânico encontrassem um outro modo de reprodução pela via da acumulação financeira. Com isso, a especialização produtiva do capitalismo europeu no século XIX em direção à industrialização serviu de caminho para ampliar a liberdade do capital. Nas palavras de Arrighi (2013, p. 5, grifo do autor), isso seria “[...] como se a típica vantagem de estar no alto do comando da economia [...] consistisse precisamente em *não* ter que estar restrito a uma única opção, em ser eminentemente adaptável e, por conseguinte, não especializado”.

A industrialização alemã é considerada tardia quando comparada com a industrialização britânica. Fator decisivo para o desencadeamento deste processo foi a construção das ferrovias e a organização da navegação fluvial a vapor, que permitiram a integração entre regiões (CLAPHAM, 1921). De acordo com Mauro (1970, p. 86), as ferrovias significaram “o triunfo do capitalismo anônimo, ajudado, por sinal, pelo capitalismo de Estado”.

Isso não significa dizer que a produção industrial era inexistente na Alemanha até meados do século XIX. De fato, a produção fabril e a exploração das minas já eram atividades econômicas existentes. No entanto, o uso da máquina a vapor, tanto nas estradas de ferros (locomotivas), como nos rios (navios), permitiu a ampliação da exploração das minas localizadas no interior do país e as cidades industriais. Em meados do século XIX, o setor de carvão, aço e mecânica se desenvolvem e despontam como importante segmento da produção industrial alemã. Na virada do século, os setores industriais químico e elétrico ganham destaque, se transformando nos principais fornecedores desse segmento para a economia mundial (CLAPHAM, 1921). Assim como aconteceu na Grã-Bretanha e nos EUA, a industrialização alemã também fez uso de medidas protecionistas para proteger os setores incipientes.



O argumento liberal de que o período oitocentista é marcado pelo avanço do liberalismo econômico é questionado por Bairoch (1995). Para este autor, ao se olhar para a Europa considerando este interregno temporal, nota-se que o livre comércio é a exceção enquanto que o protecionismo é a regra. Ao se incorporar na análise os EUA e os países subdesenvolvidos da época, observa-se que os pontos de livre-comércio se ampliam, uma vez que nestes últimos a abertura comercial era condição imposta pelo país que exercia o domínio econômico – leia-se Grã-Bretanha.

#### 4. Considerações Finais

O processo de industrialização vivenciado pela economia britânica ainda no final do século XVIII e que se intensificou ao longo do século XIX está associado não apenas a uma reorganização da estrutura produtiva, mas a toda uma nova forma de organização social. A indústria passou a ser vista como o meio de alcançar novos mercados e ampliar a acumulação de riqueza, estando, desde então, atrelada à ideia de progresso e modernidade. O motor do crescimento econômico seria o comércio externo e a indústria seria o combustível que permitiria o seu funcionamento.

As razões para que a emergência do capitalismo industrial ocorresse na Grã-Bretanha não são consensuais. Para autores como Hobsbawn (2014) e Arrighi (2013), existia um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais que dava à Grã-Bretanha as condições internas e externas propícias à decolagem da industrialização, conforme apresentado nas seções anteriores. Da parte do pensamento liberal, a principal razão estava no fato de ser a Inglaterra uma economia de livre-comércio, em que a livre iniciativa predominava e na qual parte significativa da propriedade era privada.

Diante da profunda transformação que a Revolução Industrial provocou na economia mundial, seria no mínimo simplista delegar a um único fator a responsabilidade de ter desencadeado o processo. Assim, o argumento de que o capitalismo industrial emergiu de uma correlação de forças entre capital, Estado, expansão territorial e progresso técnico apresenta-se mais plausível.

O sucesso industrial britânico foi perseguido por muitos países a partir do século XIX. Buscou-se estabelecer os passos a serem seguidos pelas economias rumo à industrialização, vista como uma etapa do processo de desenvolvimento. Os países desenvolvidos eram aqueles que já

tenham cumprido esta etapa e uma vez que os países subdesenvolvidos realizassem o processo de industrialização, o desenvolvimento seria alcançado.

Obviamente, esta visão é bastante limitada por não considerar as relações de poder e domínio existentes na economia mundial, bem como as particularidades de cada economia. A história não é determinística, o que indica que não se pode estabelecer um modelo único de funcionamento do sistema capaz de determinar o comportamento e garantir os resultados, como se os eventos fossem inevitáveis (GERSCHENKRON, 1965). Além disso, a linha que se separa o que são pré-requisitos e o que são consequências do processo de industrialização é difícil de ser traçada. Existem características gerais do modelo padrão. Porém, quando se trata de estudar os casos específicos, tais características passam a ser cada vez mais raras.

No entanto, há um ponto intrigante em toda essa discussão: o momento em que o capitalismo aparentemente mais se imobiliza, com a instalação de grandes plantas e investimento em bens de capital, foi o que concedeu, posteriormente, maior liberdade ao capital. Deste modo, se a liberalização comercial não foi a desencadeadora do capitalismo industrial, a liberalização financeira se fortaleceu, nos séculos XX e XXI, como um dos resultados do processo de industrialização mundial.

## 5. Referências

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013. Introdução e cap. 3.

BAIROCH, P. *Economics e World History: myths and paradoxes*. Chicago: University of Chicago Press, 1995. Caps 2 – 4.

CLAPHAM, J. H. *The economic development of France and Germany 1815 -1914*. Cambridge: Cambridge University Press, 1921, cap. 11.

COUTINHO, M. *Lições de Economia Política*. 1990. 226 fls. Tese (Livre Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

FAULKNER, H. U. *American Economic History*. New York: Harper & Brothers, 1954. Caps 20-21.

GERSCHENKRON, A. *Economic backwardness in historical perspective*. New York: Praeger Publishers, 1965. Caps I – II.

HOBSBAWN, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 2014. Caps 1, 2, 4 e 7.

MAURO, F. *História Econômica Mundial 1790 – 1970*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. Cap. 2.